



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATO FMS Nº 021/2015

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL FMS Nº 006/2015

*Uence*  
*25/08/16*

**TERMO DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO ININTERRUPTO DE GASES MEDICINAIS PARA AS UNIDADES COMPLEXO LUIZ PALMIER (PRONTO SOCORRO CENTRAL, HOSPITAL INFANTIL E HOSPITAL DA MULHER), UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA 24H PACHECO, UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA 24H NOVA CIDADE E SAMU. QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA RAVICLAR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.**

Aos 20 (vinte) dias do mês de Agosto do ano de 2015, a **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Dr. Nilo Peçanha, nº 110, 13º andar, Centro, São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado, neste ato, pelo Presidente da Fundação Municipal de Saúde, conforme Decreto nº 186/2013 o Sr.º **DIMAS DE PAIVA GADELHA JUNIOR** brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 52.66827-3 expedida pelo CREMERJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – sob o nº.045.104.897-06, e do outro lado a **RAVICLAR COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida à Estrada Pau Ferro, nº 385, Pechincha/Jacarepaguá - Rio de Janeiro/RJ, inscrita no C.NP.J. sob o nº 07.202.885/0001-50, neste ato representada pelo Sr. **CARLOS CESAR DA CUNHA ALVES**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 03.328.767-3, expedida pelo CICRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 389.290.667-04 e a Sr<sup>a</sup> **TERESA CRISTINA RIBEIRO ALVES**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº 07.175.508-6 – expedida pelo IFP, inscrita no CPF/MF sob o nº 013.304.747-40, e, tendo em vista a decisão proferida no **Processo Administrativo n.º 14129/2015**, através do **Pregão Presencial FMS N.º 006/2015**, assinam o presente Contrato, o qual se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, particularmente pelas normas gerais consolidadas na Lei nº8.666/93 de 21 de junho de 1993, pelo Decreto Municipal n.º 142/2004, e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PRAZO**

1.1 O presente contrato tem por objeto o **FORNECIMENTO ININTERRUPTO DE GASES MEDICINAIS PARA AS UNIDADES COMPLEXO LUIZ PALMIER (PRONTO SOCORRO CENTRAL, HOSPITAL INFANTIL E HOSPITAL DA MULHER),**





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE.

**UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA 24H PACHECO, UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA 24H NOVA CIDADE E SAMU,** conforme especificado no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

1.2. O presente contrato terá sua vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado por igual e sucessivos períodos na forma do artigo 57, II da Lei Federal 8666/93.

## **2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

2.1 - Executar, por sua conta, todas as despesas relativas a aquisição do material do presente contrato, inclusive todas as taxas e impostos incidentes sobre o mesmo, bem como o custo do transporte em razão da execução do contrato, computando-se carga e descarga, ocorrendo toda operação única e exclusivamente por sua conta, risco e responsabilidade.

2.2 – Observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora.

2.3 – Arcar com os ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer da **prestação dos serviços**, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do CONTRATANTE.

2.4 – Substituir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, às suas expensas todo e qualquer **material** que for recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação, a qual ocorrerá após conferência quantitativa e qualitativa, atestada por servidor responsável do órgão requisitante.

2.5 – A CONTRATADA se obriga a manter durante a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.

## **3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

3.1 – A despesa decorrente desta Licitação, no valor de **R\$ 2.580.000,00 ( Dois Milhões, Quinhentos e Oitenta Mil Reais )** correrá a conta do PT. Nº **2351.10.302.2052.2.133**; ND nº. **33.90.39.00** e **Fontes 00 e 21** oriundos da **Fundação Municipal de Saúde**,

## **4 – CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**



4.1. A **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE** pagará à Licitante que vier a ser contratada, a importância que vier a ser pactuada, conforme a comprovação da execução dos serviços.

4.2. A cobrança das entregas realizadas deverá ser feita pela Licitante que vier a ser contratada, de acordo com as quantidades estabelecidas, devendo vir acompanhada dos seguintes documentos:

- 4.2.1. Nota Fiscal/Fatura (duas vias);
- 4.2.2. Cópia de Termos Aditivos se houver;
- 4.2.3. Cópia da(s) Nota(s) de Empenho;
- 4.2.4. Prova de regularidade com o FGTS;
- 4.2.5. Prova de Regularidade com o INSS.

4.4. O pagamento das notas fiscal(s)/fatura(s) dos materiais, devidos à contratada serão efetuados pela **Fundação Municipal de Saúde**, no trigésimo dia a contar da data final do período de adimplemento;

4.5. Nos termos do que dispõe a alínea "d", Inciso XIV, do Art. 40 da Lei Federal n.º 8.666/93, ficam estabelecidos os seguintes critérios de penalizações e compensações financeiras:

4.5.1. Em ocorrendo atraso de pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, esta terá direito a receber sobre a parcela devida:

4.5.1.1. Multa no valor correspondente a 1% (um por cento);

4.5.1.2. Compensação financeira no valor equivalente a variação do IGPM, calculado "pro rata die", entre a data estabelecida para o vencimento da fatura e a data do efetivo pagamento.

4.5.2. Por eventuais antecipações nos pagamentos devidos, a Contratada concederá ao **MUNICÍPIO** desconto, a título de compensação financeira, no valor equivalente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação, calculados sobre o valor devido.

4.6. A nota fiscal/fatura relativa à cobrança deverá ser emitida em duas vias, em nome da Fundação Municipal de Saúde, Rua Dr. Nilo Peçanha, n.º 110 – 13º andar – Rodo - São Gonçalo, RJ, CNPJ n.º 39260120/0001-63, CEP 24.440.440, Inscrição Estadual – Isento de taxa.

4.7. Nenhum pagamento isentará a contratada das responsabilidades contratuais, quaisquer que forem, nem implicará em aceitação definitiva do material entregue.

4.8. Na hipótese da cobrança emitida apresentar erros, a **Fundação Municipal de Saúde** devolverá os documentos equivocados à Contratada, para fins de substituição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

4.9. Após apresentação da nova cobrança passará a fluir o prazo previsto no subitem 8.3, sem que se possa reclamar multa ou compensação financeira desse período.

4.10. A Licitante, quando da contratação, obriga-se a manter em carteira as **faturas originárias** da contratação, sendo vedada sua negociação, tendo em vista que o pagamento será creditado diretamente na sua conta corrente bancária.

4.11. A Licitante obriga-se, também, a não transacionar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, quaisquer OBRIGAÇÕES, bem como DIREITOS, decorrentes do presente instrumento, por ser completamente vedado por Lei e, conseqüentemente, nulo qualquer ato que venha a ser realizado neste sentido pela Empresa que vier a ser contratada.

4.12. A Licitante, quando da contratação, em nenhuma hipótese, permitirá a realização de protesto de títulos contra a **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**,



**em decorrência da negociação, por parte da Licitante, das faturas originárias da contratação, com bancos ou outros agentes financeiros, sujeita às sanções previstas no Edital. Sujeitar-se-á, ainda, a indenizar a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE em perdas e danos, viabilizando, ainda, a aplicação das sanções de suspensão do direito de com ela licitar e contratar, podendo, a Licitante, quando da contratação, ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.**

## **5 - CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO**

5.1 - O preço contratado é fixo e irrevogável, em conformidade com a legislação vigente.

## **6 - CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

6.1. Os equipamentos e materiais, objeto deste Edital, deverão ser entregues e instalados no prazo de até 90 (noventa) dias, após assinatura do Termo de Contratualização (Nota de Empenho, Contrato, Carta Contrato, Ordem de Início, Autorização de Compra).

6.2. Os equipamentos deverão ser entregues e ficarão locados nas usinas concentradoras do Município, em local pré-estabelecido de acordo com termo de referência Anexo II deste Edital.

6.3 – A CONTRATADA fica obrigada a trocar, às suas expensas, os equipamentos locados que forem recusados, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação, a qual ocorrerá após conferência quantitativa e qualitativa, atestada por servidor responsável da **Fundação Municipal de Saúde:**

**a) Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais entregues;

**b)Definitivamente**, após a verificação da qualidade dos materiais entregues e consequente aceitação, por comissão constituída por 03 (três) membros, nos termos do disposto no §8º, artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

6.4 – A CONTRATADA se obriga a fornecer o material nas condições e especificações constantes de sua proposta de preços, inclusive mantendo as marcas dos materiais ofertados na proposta inicial.

6.5 – Na hipótese de rejeição completa, bem como na hipótese da CONTRATADA deixar de entregar os equipamentos locados, é facultado à Administração convocar os licitantes remanescente, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições análogas de sua proposta já computado os lances verbais, sem prejuízo das sanções estabelecidas neste contrato e na Lei nº 8666/93.

6.6 – A CONTRATADA se obriga a atender as especificações e quantitativos de que trata a proposta de preços apresentada, assim como obedecer rigorosamente os prazos de execução estabelecidos.

## **7 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA NO TODO OU EM PARTE.**

7.1 - É vedado à CONTRATADA subcontratar ou transferir o presente Contrato.

## **8 - CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA TÉCNICA**

8.1. A CONTRATADA assumirá plena responsabilidade pelos equipamentos locados, abrangendo a qualidade, bem como a eventual necessidade de substituição daqueles que não se apresentem em condição de uso necessário para o cumprimento das obrigações contratuais, e deverá também oferecer garantia integral pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

## **9 - CLÁUSULA NONA - DA PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**9.1.** O presente **Contrato** poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos na forma do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8666/93.

**9.2.** O presente contrato poderá ser alterado, na forma do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/93:

I - Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do modo de fornecimento do material, em face da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **Contrato**.

II - Unilateralmente pela Administração:

9.2. Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;

9.3. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 8.666/93.

## **10 - CLAUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela **CONTRATADA**, o **MUNICÍPIO** aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

**10.1.1. advertência escrita;**

**10.1.2. multa;**

**10.1.3. suspensão temporária;**

**10.1.4. declaração de inidoneidade.**

10.2. **Advertência por escrito**, quando a **CONTRATADA** infringir obrigações ajustadas no **CONTRATO** e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela **FISCALIZAÇÃO**, prazo à **CONTRATADA** para sanar as irregularidades.

10.3. **Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato**



10.3.1. Os integrantes da Comissão de Fiscalização, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

10.3.2. A multa a que se referem o artigo 86 e o inciso II, do artigo 87, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

10.3.2.1. por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;

10.3.2.2. por inexecução total ou parcial.

10.3.2.3. No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;

10.3.2.4. No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

#### **10.4. Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa**

10.4.1. Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

10.4.2. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a CONTRATADA sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

10.4.3. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

10.4.4. As multas serão recolhidas em favor da **CONTRATANTE**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à **CONTRATADA**, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art.109, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

10.4.5. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal do **Presidente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**.

10.4.6. Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela **CONTRATADA**, no prazo estipulado no **item 10.4.4.** será promovido o desconto do valor devido. Primeiramente, executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da **CONTRATADA**, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

10.4.7. A imposição de qualquer penalidade não exime a **CONTRATADA** do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à **Administração Pública** direta ou indireta.

10.4.8. Em se tratando de Compras, **será considerado como inexecução total do Contrato**, por parte da **CONTRATADA**, **atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos**.



10.4.9. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelo **Presidente da Fundação Municipal de Saúde** do órgão ou entidade integrante da Administração Pública direta ou indireta.

10.5. **Suspensão temporária** – é a penalidade que suspende a participação em **Licitação** e declara o impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO e suas entidades da Administração Indireta**, por prazo não superior a dois anos, a ser estabelecida pelo Presidente da Fundação Municipal de Saúde, em despacho fundamentado e publicado.

10.6. **Declaração de inidoneidade** – é a declaração que impede a Empresa **Licitante** ou **CONTRATADA** de licitar ou contratar com a **Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a **Licitante** ou **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

10.6.1. O processo de pedido de **Declaração de Inidoneidade** da **Licitante** ou **CONTRATADA** será encaminhado para a **Procuradoria da Fundação Municipal de Saúde** para apreciação, antes de ser publicada.

## 11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO E DA INEXECUÇÃO

11.1. As hipóteses de rescisão e inexecução serão regulamentadas pelas disposições contidas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal 8.666/93.

11.2. A **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente **Contrato**, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no Art. 78, Inciso I a XII e XVII e XVIII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba a **CONTRATADA** qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

11.3. Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

## 12 - CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS FORTUITOS OU MOTIVOS DE FORÇA MAIOR

12.1. Os casos fortuitos ou motivos de força maior ocorridos com qualquer das partes prolongam, pelo período efetivo de sua duração, o prazo para o cumprimento das obrigações contratuais das **PARTES**, desde que, comprovadamente, afetem os trabalhos relacionados com o objeto deste **CONTRATO**.

12.2. Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão informados por escrito pela **FISCALIZAÇÃO** ao **Presidente da Fundação Municipal de Saúde**, para que este decida sobre a atitude a ser tomada, desde que, comprovadamente, afetem as entregas do objeto deste **CONTRATO**.

12.3. Enquanto perdurar o caso fortuito ou o motivo de força maior, nenhuma penalidade, juros ou indenização poderão ser pretendidos pelas **PARTES**.

12.4. Serão para fins deste **CONTRATO** casos fortuitos ou motivos de força maior aqueles que se enquadrarem na conceituação legal do parágrafo único, do artigo



393, do Código Civil Brasileiro, ou nas disposições do inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

12.5. Cessados os efeitos do caso fortuito ou do motivo de força maior, serão restabelecidas as condições previstas neste **CONTRATO**.

12.6. No caso de não ser reconhecida pela **CONTRATANTE** a alegação de caso fortuito ou motivo de força maior, poderão ser aplicadas as penalidades previstas neste **CONTRATO**.

### **13 - CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO:**

13.1 - A Administração Municipal publicará no Diário Oficial do Município os extratos dos contratos celebrados em decorrência de licitações realizadas na modalidade pregão, no prazo de até 20 (vinte) dias da data da assinatura, conforme artigo 31, do Decreto Municipal n.º 142/2004.

### **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO**

14.1 - As aquisições objeto deste serão fiscalizados por servidor do Município e/ou da Fundação Municipal de Saúde, desde que designado, incumbindo-lhe, consequentemente, a prática de todos os atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação própria, no Edital de licitação, e nas especificações dos materiais, inclusive quanto a recomendar a autoridade competente a aplicação das penalidades previstas no futuro Contrato e na Legislação em vigor e, ainda, anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos mesmos, determinando, expressamente o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados, conforme artigo 67 e parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

14.2 - A CONTRATADA se compromete a aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização e previstos no futuro Contrato, no Edital e Normas Técnicas da ABNT, pertinentes, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações e esclarecimentos que a fiscalização julgar necessário ao desempenho de suas atividades.

14.3 - A existência e a atuação da fiscalização da CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações, próximas ou remotas.

14.4 - A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à manutenção e, particularmente à qualidade do funcionamento dos equipamentos, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas às disposições a elas relativas.

### **15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

15.1 - Fica reservado a fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o fornecimento objeto deste Contrato.



## 16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

16.2 - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.


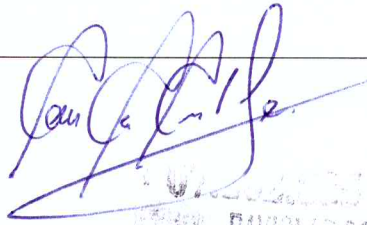

16.3 - É prerrogativa do CONTRATANTE as disposições previstas no Art. 58, da Lei nº 8.666/93.

16.4- O ato convocatório desta licitação e seus anexos integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.


## 17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO:


17.1 - Obriga-se a CONTRATADA, por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando desde já, eleito o **foro da Comarca de São Gonçalo**, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do que ficou estipulado as partes contratantes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

 <b>Fundação Municipal de Saúde</b> <b>CONTRATANTE</b>	  <b>CONTRATADA</b>
---	---

### TESTEMUNHAS:

Assinatura:   
Nome: Doutor N. Peçanha  
CPF: 0481312756

Assinatura:   
Nome: Paulo Roberto  
CPF: 0486310727





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO ATOS OFICIAIS

Em, 18 de agosto de 2015.

## GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 163/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ALTERA O ORÇAMENTO E O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA DA FUNDAÇÃO DE ARTES SÃO GONÇALO E DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E CONSERVAÇÃO DE PARQUES E JARDINS E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 627 de 29 de dezembro de 2014, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e com a Lei Orgânica Municipal.

Considerando o solicitado e justificado nos ofícios nº /SEMDE/2015 de 28 de julho de 2015 e 149/MEDCONT/15 de 13 de agosto de 2015, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar, e alterado o Orçamento, na forma do Anexo, da Fundação de Artes São Gonçalo e das Secretarias Municipais de Infraestrutura, Urbanismo e Conservação de Parques e Jardins e de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia no valor de R\$ 1.647.898,00 (Um milhão, seiscentos e quarenta e sete mil, oitocentos e noventa e oito reais).

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, ficam alterados ainda o Quadro de Detalhamento da Despesa e o Plano Plurianual, aprovados respectivamente pelo Decreto nº 003 de 20 de janeiro de 2015 e Lei nº 626 de 22 de dezembro de 2014.

Art. 3º - Os recursos compensatórios serão provenientes de anulação parcial de dotações orçamentárias.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Gonçalo, 13 de agosto de 2015.

NEILTON MULIM

Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 163/2015

Quadro de Detalhamento da Despesa – Exercício 2015

Órgãos: Fundação de Artes São Gonçalo e Secretarias Municipais de Infraestrutura, Urbanismo e Conservação de Parques e Jardins e de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	DESP.	F.	VALOR (R\$ 1)	
				ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
20.59.04.122.1001.2.117	3.3.90.30.00	641	00	0,00	400.000,00
	3.3.90.35.00	642	00	0,00	1.000.000,00
20.59.15.122.2066.2.136	3.3.90.30.00	663	00	0,00	200.000,00
20.59.18.542.2103.2.189	3.3.90.39.00	682	00	1.600.000,00	0,00
20.63.04.122.1001.2.117	3.3.90.30.00	943	00	0,00	3.040,00
	3.3.90.39.00	946	00	0,00	1.808,00
	4.4.90.52.00	948	00	0,00	1.050,00
20.63.19.573.2077.2.210	3.3.90.39.00	962	00	0,00	42.000,00
22.43.13.392.2030.2.017	3.3.90.39.00		00	47.898,00	0,00
TOTAL				1.647.898,00	1.647.898,00

Designa:

a contar de 01 de julho de 2015, ELIANE BORGES DA SILVA CASTRO – Mat.: 8188-FMS, para responder pelo cargo de Diretora do Pólo Sanitário Rio do Ouro, na Fundação Municipal de Saúde, sem fazer jus à remuneração do referido cargo. Port. nº 2250/2015

X

SEMED

PORTARIA GAB/SEMED nº 076 de 13 de agosto de 2015.

ESTABELECE O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os artigos: 202, 203

e 204 da Lei nº 050/1991-Estatuto dos Servidores Públicos de São Gonçalo, RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a Prorrogação de Prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos de Sindicância, objeto do Processo sob nº 1038/2015.

Art. 2º - Estabelecer a continuidade na elaboração dos Termos de Declaração, Juntada de Documentos, Diligência e Relatório, devido à gravidade dos fatos que estão sendo apurados.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Gonçalo, 13 de agosto de 2015.

VANELI LAURINDO CHAVES DA SILVA

Secretária Municipal de Educação

SEMSA

PORTARIA Nº 16/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º - Ficam excluídos da Portaria nº 014/2015 os seguintes servidores abaixo relacionados:

1- Rafaela Oliveira Ferreira, mat. 112.762;

2- Ademir Arenásio Defanti, mat. 112.706.

Art. 2º - Ficam inseridos como membros da comissão os servidores abaixo relacionados:

1- Henry Amaral dos Santos, mat. 111.116;

2- Palmério Neves de Souza Filho, mat: 92.749.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

São Gonçalo, 04 de agosto de 2015.

DIMAS DE PAIVA GADELHA JUNIOR

Secretário Municipal de Saúde

SEMTAN

IV EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30.507/10

ESPÉCIE: IV TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE ADESÃO MEDIANTE CREDENCIAMENTO Nº 0004/2011.

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO E OS CREDENCIADOS: CARLOS ALBERTO DE ARAUJO, MARCOS MARINELLI DA MOTA, MAURÍCIO RANGEL MARTINS, RENATO FIDELIS COTTA, RICARDO DE CARVALHO, SEBASTIÃO FURTADO DA SILVEIRA, LEANDRO RIBEIRO DA SILVA, LIVIO FERNANDES SIQUEIRA, HENRY DE CASTRO E SOUZA FILHO, LUIS CLAUDIO AMARAL DA CRUZ, MARCOS ANTONIO OLIVEIRA DA SILVA, EVERALDO MEDEIROS DE CARVALHO JUNIOR, JONAS JARDIM FERREIRA, ANTONIO MARCO ORNELAS DE SOUZA e WAGNER GOMES DOS SANTOS.

TABELA COM O Nº DE CREDENCIAMENTO, CREDENCIADOS E VALOR GLOBAL:

Nº do Credenciamento	Credenciado	Valor Global (R\$)
06/2011	CARLOS ALBERTO DE ARAUJO	R\$ 48.000,00
10/2011	MARCOS MARINELLI DA MOTA	R\$ 48.000,00
11/2011	MAURICIO RANGEL MARTINS	R\$ 48.000,00
13/2011	RENATO FIDELIS COTTA	R\$ 48.000,00
14/2011	RICARDO DE CARVALHO	R\$ 48.000,00
15/2011	SEBASTIÃO FURTADO DA SILVEIRA	R\$ 48.000,00
16/2011	LEANDRO RIBEIRO DA SILVA	R\$ 48.000,00
17/2011	LIVIO FERNANDES SIQUEIRA	R\$ 48.000,00
18/2011	HENRY DE CASTRO E SOUZA FILHO	R\$ 48.000,00
19/2011	LUIS CLAUDIO AMARAL DA CRUZ	R\$ 48.000,00
33/2011	MARCOS ANTONIO OLIVEIRA DA SILVA	R\$ 72.000,00
54/2011	EVERALDO MEDEIROS DE CARVALHO JUNIOR	R\$ 72.000,00
55/2011	JONAS JARDIM FERREIRA	R\$ 72.000,00
60/2011	ANTONIO MARCO ORNELAS DE SOUZA	R\$ 72.000,00
63/2011	WAGNER GOMES DOS SANTOS	R\$ 72.000,00
TOTAL		R\$ 840.000,00

OBJETO: O presente tem por objetivo prorrogar por 12 (doze) meses o prazo do contrato de adesão mediante credenciamento nº 0004/2011, passando o seu término para 19 de abril de 2016 ou até a conclusão do processo licitatório, o que ocorrer primeiro.

PRAZO: O presente Termo Aditivo será prorrogado por 12 (doze) meses, com início em 19 de abril de 2015 e término em 19 de abril de 2016 ou até a conclusão do processo licitatório, o que ocorrer primeiro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas serão custeadas pelo Programa de Trabalho: 2051.04.122.1001.2.077, Natureza de despesa: 3.3.90.36.00. Fonte: 00



**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** O presente Termo de Contrato tem seu fundamento jurídico no § 1º do art. 65, art. 57, II da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

São Gonçalo, 13 de agosto de 2015.

**JONADAB CARMO DE SOUSA**

Secretário Municipal de Transportes

Omitido no D.O. de 15/04/2015

### **SEMC**

#### **EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO**

Notificação 12/2015.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente, NOTIFICAR, a ex Prefeita do Município de São Gonçalo, Srª. MARIA APARECIDA PANISSET, para que no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação desta, compareça à esta Secretaria Municipal de Controle Interno, à Rua Feliciano Sodré, nº. 100, – Centro – São Gonçalo, R.J., para prestar informações acerca da prestação de contas da Obra Social de Apoio à Criança, referente ao exercício de 2007, objeto da Tomada de Contas Especial, instaurada pela Portaria nº 11/2015, determinada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no processo TCE/RJ nº 214.524-5/10.

São Gonçalo, 17 de agosto de 2015.

**GILMAR BRUNIZIO**

Secretário Municipal de Controle Interno

#### **EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO**

Notificação 13/2015.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente, NOTIFICAR, a ex Secretária de Controle Interno do Município de São Gonçalo, Srª. VERA LÚCIA CONCEIÇÃO DE CAMPOS, para que no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação desta, compareça à esta Secretaria Municipal de Controle Interno, à Rua Feliciano Sodré, nº. 100, – Centro – São Gonçalo, R.J., para prestar informações acerca da prestação de contas da Obra Social de Apoio à Criança, referente ao exercício de 2007, objeto da Tomada de Contas Especial, instaurada pela Portaria nº 11/2015, determinada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no processo TCE/RJ nº 214.524-5/10.

São Gonçalo, 17 de agosto de 2015.

**GILMAR BRUNIZIO**

Secretário Municipal de Controle Interno

### **SMDSHABIA**

#### **TERMO DE APROVAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTA**

Processo nº 101/2014

Tendo em vista o que consta nos autos e, considerando o parecer favorável do Controle Interno, da Fundação Municipal de Apoio à Educação e Assistência à Infância e à Adolescência de São Gonçalo – FIASG, aprovo a prestação de contas apresentado pelo Instituto Flordelis de Apoio à Criança e Adolescente, relativo aos meses de Fevereiro, Março, Abril, Maio e Novembro de 2014, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

**GELSON MARINS DE ABREU**

Presidente interino da FIASG

#### **TERMO DE APROVAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTA**

Processo nº 29.956/2015

Tendo em vista o que consta nos autos e, considerando o parecer favorável do Controle Interno, do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de São Gonçalo - FUMIA, aprovo a prestação de contas apresentado pelo Resgate e Ame Crianças e Adolescentes em Situação de Risco - REAME, relativo aos meses de Janeiro a Abril de 2015, no valor de R\$ 50.048,00 (cinquenta mil, quarenta e oito reais).

**GELSON MARINS DE ABREU**

Gestor do FUMIA

### **SEMIMD**

PORTARIA Nº 02/2015.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O IDOSO, MULHER E PESSOA COM DEFICIÊNCIA – SEMIMD, no uso de suas atribuições legais instituídas pela Portaria nº 556/13. Designa:

**FUNCIONÁRIOS PARA PROCEDEREM À FISCALIZAÇÃO E ATESTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSI-**

**DADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O IDOSO, MULHER E PESSOA COM DEFICIÊNCIA.**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O IDOSO, MULHER E PESSOA COM DEFICIÊNCIA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 63 da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, na condição de fiscais para acompanhar, fiscalizar, conferir e atestar a aquisição de materiais ou execução de prestação de serviços pactuado entre o Município de São Gonçalo, através da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para o Idoso, Mulher e Pessoa com Deficiência e seus credores.

Art. 2º - Serão fiscais titulares:

1- Flávia Modesto dos Santos – matrícula 112.075;

2- Tatiana Lopes da Silva – matrícula 112.089.

Parágrafo único. Na impossibilidade dos titulares, em virtude de férias e demais afastamentos legais, designe-se os servidores abaixo como membros suplentes:

1- Thomas Rodrigues Xavier – matrícula 115.026;

2- Tatiane Paiva de Lima – matrícula 112.025.

Art. 3º - Compete os servidores designados:

I - O atesto do recebimento da prestação de serviços ou aquisição de materiais só devendo ocorrer após o servidor responsável ter conferido rigorosamente os produtos e verificado se os itens e quantidades estavam de acordo com o contratado.

II - No ato do recebimento, se constatadas eventuais faltas ou inconformidades que comprometam o produto, essas deverão ser anotadas no verso da Nota Fiscal e/ou Faturamento (em todas as vias) que acompanhou a entrega ou a prestação de serviço.

III - Faltas ou inconformidades identificadas deverão obrigatoriamente ser anotadas na Nota Fiscal e/ou Faturamento, sob o risco de tornar inviável a posterior reposição.

IV - Quando as inconformidades comprometem a garantia da qualidade dos produtos, não estarem de acordo com a normalidade ou foram muito danificadas no transporte, o responsável pelo recebimento deve registrar na Nota Fiscal e/ou Faturamento, recusar o recebimento e devolver imediatamente os produtos ao responsável pela entrega.

V - Caso os servidores designados atestem a Nota Fiscal e/ou Faturamento, e tenha ocorrido falta sem o devido apontamento, na posterior identificação da mesma, os mesmos serão responsabilizados por essa falha.

VI - O atesto da Nota Fiscal e/ou Faturamento é composto de data da entrega, duas assinaturas com numero de matrícula (em todas as vias).

São Gonçalo, 17 de agosto de 2015.

**TANIA SOARES CASTRO**

Secretária Municipal de Políticas Públicas para o Idoso, Mulher e Pessoa com Deficiência

### **SEMIURBCPARJ**

#### **HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2015 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21.209/2015.**

Homologo a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 019/2015, cujo objeto é a Formação de ata de registro de preços para futura e eventual aquisição de Cimento CP II RS, Areia Lavada, Brita nº. 01, Brita nº. 00, Pó de Pedra, Brita Corrida para atendimento das necessidades da Usina, DCO'S e Ações Comunitárias no Município de São Gonçalo. HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor das empresas: PRIMOTECH LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA ME, LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, CISPEL EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

São Gonçalo, 17 de agosto de 2015.

**FRANCISCO JOSÉ RANGEL DE MORAES**

Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Conservação de Parques e Jardins

#### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO**

Ratifico a dispensa de licitação para Contratação de Empresa Especializada em Caráter Emergencial para Coleta, Transporte e Destinação Final de Resíduos Coletados no Município de São Gonçalo. Empresa: CONSTRUTORA MARQUISE S/A. C.N.P.J: 07.950.702/0001-85, Processo nº 26.173/2014, Fundamento: Artigo 24, IV da Lei nº. 8.666/93.

**FRANCISCO JOSÉ RANGEL DE MORAES**